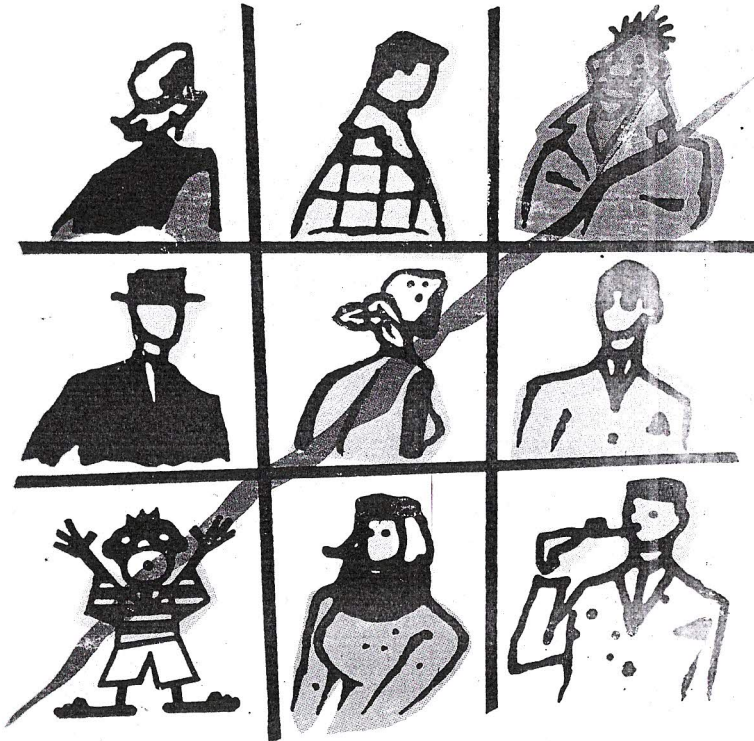
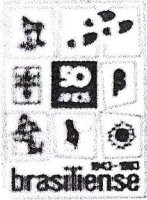


APARTAÇÃO

O *apartheid* social no Brasil

Cristovam Buarque



2ª
edição

Coleção
Primeiros Passos

1
+
1
+
1
+



LEITURAS AFINS

**O Capitalismo
Desorganizado**
Claus Offe

A Comunidade Européia
*A construção de uma potência
econômica*
Vera Thorstensen

A Sociedade Informática
*As consequências sociais da
segunda revolução industrial*
Adam Schaff

A Dívida e a Pobreza
Miguel Darcy e outros

**Para Pensar o
Desenvolvimento Sustentável**
Marcel Burzstyn (org.)

A Guerra dos Meninos
*Assassinatos de menores no
Brasil*
Gilberto Dimenstein

**Crianças e Adolescentes no
Mercado de Trabalho**
Cheywa Spindel

Coleção Primeiros Passos

O que são Direitos Humanos
João Ricardo W. Dornelles

**O que são Empregos e
Salários**
Paulo Renato Souza

O que é Cidadania
Maria de Lourdes M. Covre

O que é Participação
Juan E. D. Bordenave

Cristovam Buarque

O QUE É APARTAÇÃO

O *apartheid* social no Brasil

2ª edição

editora brasiliense

*Copyright © by Cristovam Buarque, 1993
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.*

ISBN: 85-11-01278-8
Primeira edição, 1993

2ª edição, 1993

*Preparação de originais: Henrique Silveira Neves
Revisão: Carmem T. S. Costa e Denise Gutierrez
Capa: Emílio Damiani*



Av. Marquês de São Vicente, 1771
01139-903 - São Paulo - SP
Fone (011) 861-3366 - Fax 861-3024

IMPRESSO NO BRASIL

*Para Júlia e Paula, parte da face jovem
e mais visível
da apartação:
pivetes e caras-pintadas.*



SUMÁRIO

Uma cena de <i>apartheid</i> social	9
<i>Apartheid</i> : a origem do conceito	11
Apartação: a outra face do conceito de <i>apartheid</i>	18
A lógica da apartação	27
A apartação social no Brasil	32
A fabricação da apartação no Brasil.	52
As outras formas de apartação.	75
Os limites da apartação	80
A modernidade ética	83
Conclusão: o vocabulário da apartação	88
Indicações para leitura	90



UMA CENA DE APARTHEID SOCIAL

Um dia destes, no estacionamento de um McDonald's, em Brasília, dois jovens dentro de um carro se divertiam despejando batatas fritas no chão para que pivetos pobres fossem atrás catando. Quem assistia, se não se divertia também, perguntava-se por que, no Brasil, isto é possível. O que faz com que um grupo se divirta daquela forma e outro rasteje daquele jeito?

Se se sentissem semelhantes aos pivetos, os jovens do carro e os que assistiam teriam alguma solidariedade com a pobreza. Os jovens não fariam aquilo, ou os assistentes não deixariam que eles tentassem. Por outro lado, os pivetos, se sentissem um mínimo de dignidade, teriam assaltado os donos do carro em vez de rastejar pelas batatas fritas.

O que permitiu a cena repugnante foi que os donos do carro se sentiam diferentes dos pobres pivetes. E estes, além de terem medo dos atentos vigilantes, viam no lixo que vinha dos ricos a única forma de matar a fome. Apesar da língua comum, da mesma bandeira, de poderem votar no mesmo presidente, os dois grupos se sentiam apartados um do outro, como seres diferentes.

É isso que caracteriza o *apartheid*. O que disfarça sua ocorrência no Brasil é que os pivetes ainda podem chegar perto dos McDonald's e muitas pessoas ainda se chocam com uma cena como essa de Brasília.

Mas isso está mudando. Pouco a pouco os brasileiros ricos e quase ricos começam a assumir a diferença em relação aos pobres e se acostumar com a miséria ao lado, construindo mecanismos de separação.

Por isso, é preciso despertar para o problema. Entender o que está ocorrendo e apresentar alternativas.

APARTHEID: A ORIGEM DO CONCEITO

Não se pode dizer que o *apartheid* começou com os brancos da África do Sul. Os gregos antigos achavam que a espécie humana estava dividida em partes diferenciadas. Apesar de serem os criadores do humanismo, dividiam os homens entre eles e os outros: os bárbaros. Os primeiros nasciam para a liberdade e a riqueza da cultura, os outros, para trabalhar como escravos.

Aristóteles não hesitou em afirmar que os homens livres eram superiores aos escravos. Segundo ele: "Alguns homens são por natureza livres, e outros, escravos". Não se tratava apenas de *desigualdade*, mas de *diferença* entre os homens.

Com exceção de grupos primitivos, como nossos índios, as sociedades costumam se dividir em partes diferenciadas: senhores e escravos; aristocratas e

servos; cristãos e pagãos; as castas que se observam em sociedades orientais; o tratamento machista contra as mulheres.

Só a partir do século XVIII é que alguns pensadores, como Jean-Jacques Rousseau, passaram a defender direitos iguais para todos os homens. A Revolução Francesa implantou um regime com o lema *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*. A Europa, que ao longo de séculos usou a escravidão, repudiava a discriminação e a segregação, mas sem abolir as desigualdades.

Apesar da democracia que defendiam, os pais da pátria norte-americana foram incapazes de sonhar com uma sociedade sem escravos. Ao contrário, defenderam como natural que o destino dos negros fosse a escravidão e o dos brancos, viver na democracia. A Revolução Americana implantou a democracia tolerando a diferença que justificava a escravidão.

Só muito recentemente, há cerca de um século, foi que passamos a viver em um planeta onde os direitos iguais foram se afirmando de maneira generalizada. A escravidão não acabou, mas passou a ser vista como um fenômeno raro, indesejado, bárbaro e repugnante.

Mesmo assim, a *desigualdade* não diminuiu.

Apesar do fim da propriedade de seres humanos por outros, a *desigualdade* continuou, dependendo da

nação, classe social, raça, sexo, ou simplesmente da sorte. E essa *desigualdade* cresceu. Ainda que os direitos sejam estendidos igualmente a todos, a civilização avançou aumentando a desigualdade.

Quando comparamos a *desigualdade* entre um aristocrata e um camponês na França dos tempos lúxuosos do Rei Sol, percebemos uma distância menor do que aquela de hoje entre um pobre e uma pessoa de classe média, não importa o país em que estejam.

Há trezentos anos, os aristocratas usavam quase o mesmo tipo de bens e serviços que estava à disposição dos camponeses: os médicos de ricos e de pobres sabiam o mesmo e dispunham dos mesmos equipamentos; em tempos de paz e abundância, a quantidade de alimentos não variava muito conforme as classes; o nível educacional era parecido, quase todos eram analfabetos; apesar de alguns terem carruagens, os meios de transporte eram igualmente lentos e desconfortáveis; o lazer podia ser feito na corte ou no campo, mas sem muita diferença além da ostentação dos nobres.

No século atual, o processo econômico passou a oferecer variadas possibilidades de consumo, restritas apenas a uma parcela da população. Em vez de criar a abundância e satisfazer a necessidade dos mesmos e poucos produtos de antes, como muitos sonhavam, a industrialização ampliou a variedade de produtos e assim aumentou as necessidades, em vez de diminuí-las.

Graças ao avanço técnico, às reformas sociais e à disponibilidade de recursos naturais, os países ricos conseguiram quase eliminar a pobreza, aumentar substancialmente o nível de consumo da maioria de suas populações e diminuir a desigualdade interna. Dentro dos outros países, a maioria continuou pobre, mesmo que uma minoria tenha conseguido atingir os padrões de consumo dos países ricos. Mas no conjunto o mundo ficou mais desigual.

Durante décadas, essa desigualdade não criou qualquer dificuldade ao funcionamento da sociedade de cada país, porque os pobres ainda conservavam resquícios do conformismo imposto aos escravos e servos, ou já tinham adquirido esperança de serem incluídos nos privilégios.

A partir de meados deste século, as coisas começaram a mudar. A urbanização mostrou o mundo moderno para todos, criou desejos adicionais e reduziu o conformismo; cresceram as tensões sociais, os pobres ameaçaram com revoluções, os ricos se defenderam com ditaduras.

Essa situação ocorreu de maneira mais dramática na África do Sul. Até o final dos anos 40, a desigualdade econômica entre brancos e negros existia sem necessidade de leis especiais que separassem fisicamente uns dos outros; a população negra se submetia à discriminação exercida pela minoria branca.

A urbanização, o crescimento econômico concentrado para os brancos e a rebeldia da maioria negra forçaram a implantação, em 1950, da Lei do Registro de População. Criou-se um sistema legal que mantinha os grupos sul-africanos separados. Um conjunto de leis explicitou, determinou e regulou a separação entre as partes da sociedade. A nova lei classificou os habitantes da África do Sul em três categorias: os africanos ou negros, os de cor ou mestiços e os brancos.

A esse sistema deu-se o nome de *apartheid*, que no idioma africâner, falado pelos brancos sul-africanos, quer dizer separação, apartação.

Novas leis surgiram complementando o *desenvolvimento separado* na África do Sul. Foram regulamentadas as áreas onde as pessoas poderiam residir, trabalhar e circular conforme sua cor; consolidou-se a necessidade de *passaportes* para os não-brancos circularem entre as áreas; proibiram-se contatos sociais, inclusive casamentos, entre pessoas de raças diferentes; foram estabelecidos sistemas segregados de educação com diferentes padrões e qualidades; definiram-se tipos de emprego para cada raça; foram restringidos os movimentos sindicais de trabalhadores não-brancos; e negou-se a participação política aos não-brancos nos processos parlamentares e governamentais.

Uma lei de 1951 estabeleceu uma organização política para os habitantes negros separada da dos brancos. Foram criadas dez "nações" que dariam cidadania aos habitantes negros da África do Sul, independentemente de onde eles morassem. Com isso, os negros perderam a cidadania sul-africana, tornando-se *inrangeiros*, estrangeiros no próprio país, o que legalizou a sua exclusão do processo político sul-africano.

O sistema foi implantado visando garantir e ampliar a concentração dos privilégios dos brancos. Não foi o *apartheid* que causou a desigualdade entre brancos e negros na África do Sul. Foi a desigualdade crescente que levou os brancos a implantar o *apartheid*, como forma de conservar e ampliar seus privilégios, inviáveis se fosse feita uma distribuição equitativa dos resultados do progresso.

Depois, o *apartheid* aumentou a desigualdade, mantendo uma crescente diferenciação no bem-estar, no acesso à propriedade, nos benefícios sociais, conforme o sul-africano fosse de raça branca, negra ou mestiça. A educação ficou obrigatória para todas as crianças brancas, em escolas com qualidade equivalente às dos *países-com-maioria-rica*; para as outras crianças, a escola era opcional, em condições precárias e com um número de vagas que crescia mais lentamente do que o número de crianças; o sistema de serviço social beneficiava diferentemente cada

pessoa conforme sua raça; o setor urbano branco dispunha das mais modernas facilidades médicas, enquanto as áreas negras continuavam com elevada incidência de mortalidade infantil e doenças endêmicas, como consequência da precariedade dos serviços médicos.

Foi graças a esse sistema que a economia sul-africana desenvolveu-se e enriqueceu, do ponto de vista dos brancos. Impedindo a ameaça política que ocorreria em um sistema não apartado, o *apartheid* foi o sistema social que permitiu o surto de desenvolvimento econômico da África do Sul. Evitando a distribuição da renda, garantiu a formação de uma base de consumidores de alta renda e os recursos necessários aos investimentos.

O que mudou com o *apartheid* não foi o aumento da *desigualdade*, mas a afirmação da *diferença* e, com esta, a aceitação sem constrangimento da *desigualdade* crescente.

Ao se sentirem diferentes em relação aos negros, os brancos incorporaram uma nova ética que lhes permitiu não sentir responsabilidade nem culpa diante da desigualdade. Da mesma forma como os europeus não sentiam antes com os escravos ou com os índios das Américas. E como os ricos brasileiros começam a não sentir diante da pobreza urbana, da fome ao redor, da mortalidade infantil, do assassinato de meninos de rua.





APARTAÇÃO: A OUTRA FACE DO CONCEITO DE *APARTHEID*

O sistema de segregação racial na África do Sul recebeu o repúdio do mundo todo.

Em 1950, a humanidade acabava de sair de uma guerra mundial contra o nazismo, que tinha entre outros defeitos o racismo, o culto à supremacia da raça ariana. O mundo inteiro estava horrorizado com os hediondos crimes contra judeus e outros grupos étnicos ou políticos. Os Estados Unidos estavam lutando contra a segregação racial dentro de seu território. Os países da África e da Ásia passavam por um processo de descolonização. A América Latina fazia sua decolagem para o desenvolvimento econômico. No outro pólo ideológico, o socialismo se consolidava como alternativa para a implantação de sociedades sem desigualdade.

Em todas as partes, o mundo vivia a esperança de construir uma humanidade integrada, sem *diferenças* nem *desigualdades*. Ao consolidar o *apartheid*, nos anos 50 e 60, a África do Sul caminhava no sentido contrário ao de todo o mundo. Para todos, o *apartheid* era um anacronismo e uma aberração.

Mas a humanidade que se chocava com o que era cometido na África do Sul não percebia que os povos caminhavam para uma crescente desigualdade econômica e social, que terminaria por impor um outro tipo de separação: social e econômica, em vez de racial.

Em cada um dos *países-com-maioria-pobre*, uma elite nacional assumiu o mesmo papel dos colonizadores estrangeiros e passou a explorar e usufruir a potencialidade do país, sem distribuir os resultados e usando métodos tão ou mais brutais do que os dos antigos colonizadores. Nos países da América Latina, da Ásia e da África formaram-se elites com os mesmos padrões de consumo dos países ricos, mas à custa de imoral concentração da renda nacional.

Nos países socialistas, a construção da nova sociedade foi utilizada para justificar a abolição das liberdades individuais, construindo-se privilégios de grupos políticos tão absurdos quanto os privilégios dos grupos econômicos e das aristocracias medievais.

Apesar disso, o otimismo dos anos 50 e 60 escondia a realidade da construção de desigualdades crescentes.

Mesmo quando estudavam, constatavam e denunciavam a desigualdade decorrente da concentração da renda, os economistas e sociólogos caracterizavam a *desigualdade* distintamente do *apartheid*, porque pensavam que a ascensão social permitiria aos pobres saltar o muro que os separava dos ricos. Até os anos 60, havia a crença de que todos os países do mundo e as suas populações atingiriam os mesmos padrões de consumo dos Estados Unidos.

O que mudou nos últimos anos foi a consciência da impossibilidade de que uma parte considerável dos pobres possa saltar esse muro. Constatou-se que o crescimento econômico apresentava limites e que pelo menos quatro razões impedem que o padrão de consumo dos ricos se espalhe para todos os habitantes do mundo:

A razão ecológica: diversos estudos realizados no final dos anos 60 permitiram a descoberta de que os recursos naturais disponíveis no mundo não seriam suficientes para continuar o crescimento econômico no mesmo ritmo das décadas anteriores. E menos ainda para que todos os habitantes pobres do mundo pudessem consumir a mesma quantidade que os habitantes ricos. Faltariam imediatamente petróleo, água, árvores, ar. Sem uma radical e imediata revolução tecnológica, ainda que fosse possível atender à necessidade desses recursos, a vida no planeta ficaria insuportável pela poluição do ar e da água.

A razão econômica: a realização do processo produtivo nos moldes dos países ricos exige uma disponibilidade de capital que não existe no mundo nem existirá por muitas décadas no futuro. Mesmo que não houvesse limites físicos ao consumismo para todos os habitantes do mundo, a realidade econômica impediria que todos os pobres atingissem o nível de riqueza dos ricos.

A razão tecnológica: o que faz a situação de hoje diferente da dos tempos dos gregos é que já não há mais necessidade de escravos, nem mesmo de muitos trabalhadores. O avanço técnico permite que os ricos não necessitem de pobres para o trabalho: as máquinas fazem o papel que antes era reservado aos escravos e depois aos pobres. Em vez de necessitar de trabalhadores, o sistema permite a sua exclusão. Os "bárbaros" podem morrer fora — na África, na Ásia, na América Latina — ou como *sem-teto* nas ruas e bairros pobres das grandes cidades dos países ricos.

A razão social: com o avanço técnico, as conquistas sindicais e a necessidade de demanda para absorver os produtos do sistema econômico, criou-se uma aristocracia operária com níveis de renda e consumo distanciados da maioria da população mundial. O resultado é que estas parcelas passam a necessitar de *apartaçã*o como forma de defender seus privilégios. Como os operários brancos na África do Sul,

os trabalhadores integrados ao setor moderno podem ser os primeiros defensores do *apartheid*. Sua renda está apenas imediatamente acima da linha que separa os *incluídos* dos *excluídos*, e os bens e serviços a que têm acesso serão os primeiros a ser demandados pelos novos incluídos. Por essa razão, está entre os trabalhadores europeus o maior apoio às propostas neonazistas contra os imigrantes. Essa situação pôde ser observada no plebiscito entre os brancos para abolir o *apartheid* racial na África do Sul. Segundo pesquisas de opinião pública, foi entre os operários brancos que houve menos apoio às medidas para abolir a segregação. São eles que vão enfrentar a disputa salarial, o espaço urbano, os serviços sociais com a população negra, quatro vezes maior do que a população branca, enquanto os ricos continuarão com sua renda e seus salários assegurados pelo nível de qualificação exclusiva que receberam e pelo resultado dos investimentos que fizeram.

Com o fim das leis do *apartheid*, a *apartação* será feita pelo mercado: independentemente da cor de sua pele, cada rico comprará os privilégios que até aqui eram garantidos pelas leis conforme a raça de cada um.

Da mesma forma como os sul-africanos brancos conviveram com os habitantes de cor negra enquanto estes não ameaçavam seus privilégios, os países

europeus conseguiram conviver com imigrantes enquanto estes eram poucos e se comportavam dentro da cultura européia; os Estados Unidos puderam dar-se ao luxo de abolir as leis de segregação racial e tolerar a imigração porque a absorção de negros e estrangeiros não ameaçava o padrão de vida dos brancos.

Nos últimos anos, quando o número de imigrantes começou a ameaçar a estabilidade demográfica e cultural, os europeus passaram a assumir medidas protecionistas, restritivas, que aos poucos se transformaram em um novo tipo de *apartheid*.

Os europeus, que imigraram para todo o mundo, quando na Europa havia fome, desemprego e recessão, e que receberam mão-de-obra de todo o mundo, quando dela a Europa necessitou para sua reconstrução, passam agora a assumir explicitamente a necessidade de a Europa proteger-se contra os pobres do mundo.

Os Estados Unidos, que foram construídos por imigrantes, começam a murar suas fronteiras com o México, e a guarda marinha passa a funcionar como protetora contra os *boat-people* que chegam em frágeis embarcações pelo Caribe. Hong Kong faz o mesmo contra os vietnamitas; a Itália, contra os albaneses. Na Alemanha, os neonazistas passam a perseguir os imigrantes com a conivência de policiais e possivelmente com o apoio de grande parte da

população, que fica contra os métodos nazistas mas não contra os que visam proteger seus privilégios contra os estrangeiros.

As populações européia e norte-americana passam a viver uma ambigüidade que certamente foi vivida na África do Sul por muitos brancos antes dos anos 50. Já sentem a necessidade de isolar-se do resto do mundo para proteger seus privilégios exclusivos, mas ainda querem manter a aparência dos valores éticos da igualdade e do internacionalismo, que eles próprios inventaram há trezentos anos. Essa ambigüidade está sendo pouco a pouco desfeita. A solução será criar leis que legalizem e legitimem a separação.

Na França, os líderes de direita propõem medidas restritivas e os de esquerda são obrigados a copiar. Portugal, país que sobreviveu graças aos dólares recebidos por seus emigrantes no exterior, inclusive no Brasil, passa a maltratar os brasileiros que tentam entrar na Europa por Lisboa. Até prova em contrário, os brasileiros passam a ser sinônimo de prostitutas, de travestis, de bandidos, de miseráveis em busca de emprego.

Em sintonia com o processo de desenvolvimento dos anos 50 e 60, a Europa e os Estados Unidos repudiam o *racismo* sul-africano mas praticam um *classe* com as mesmas conseqüências, a mesma segregação, apenas substituindo a diferença racial por

uma diferença social e econômica entre os que consomem o luxo e os que vão em busca de sobreviver do lixo. A Europa se *sul-africaniza*.

Já não é o *apartheid* racial, mas um *apartheid* social.

Não se trata do racismo tradicional. As propostas de novas leis para imigração não visam impedir entrada de estrangeiros conforme a raça, mas conforme a renda. Os Estados Unidos dão direito de residência permanente a qualquer pessoa, de qualquer nacionalidade ou raça, desde que ingresse com certo montante de dólares. Na Inglaterra, os guardas das fronteiras fiscalizam mais o cartão de crédito do que o passaporte dos turistas que desejam entrar no país.

Enquanto isso, surge nesses países um grupo de estrangeiros não apenas tolerados mas respeitados, porque são empresários e intelectuais bem-sucedidos. A literatura inglesa é hoje feita especialmente por estrangeiros, que não sofrem maior preconceito.

A África do Sul pode seguir o mesmo caminho. Abolir o *apartheid* racial e no seu lugar impor o *apartheid* social. Os negros ricos poderão morar em bairros de ricos, e os pobres brancos deverão morar nos bairros de pobres. A África do Sul se *brasilianiza*.

O avanço técnico integrou os países e as pessoas do planeta, mas dividiu-os socialmente, fazendo da Terra um *Mundo Terceiro-Mundo*. O *apartheid* renasceu com outra forma, e em dimensão planetária, mas

com o mesmo propósito: garantir, por meio da exclusão das grandes massas, os privilégios que não podem ser distribuídos para todos.

A nova ideologia que surge no final do século XX rompe aos poucos o compromisso da solidariedade, da igualdade, da não-discriminação entre seres humanos. E aceita, outra vez, a diferenciação.

Como os brancos sul-africanos explicitaram e inventaram o conceito de *apartheid* para poder, diferenciando-se dos negros, considerá-los estrangeiros, os europeus estão aos poucos considerando como bárbaros, selvagens, ameaçadores os estrangeiros que tentam emigrar para seus países. Serão habitantes do mesmo planeta, mas partes separadas da humanidade.



A LÓGICA DA APARTAÇÃO

O final do século XX está provocando dois sustos na consciência dos homens:

a) um choque gratificante, pela enorme realização no avanço técnico, que nenhum dos mais radicais visionários imaginou que fosse possível construir no período de um século.

b) um choque trágico, pelo fracasso na realização da utopia que a quase totalidade dos pensadores e a população em geral imaginavam que o homem estaria vivendo antes do século XXI.

Um dos aspectos dessa utopia não realizada é a igualdade.

No passado, todas as análises levavam a crer que a sociedade humana caminhava para a redução da desigualdade entre os indivíduos e classes. A imensa corrente que se formou neste século sob a bandeira



do socialismo não apenas esperava e propunha esse caminho como definia os instrumentos que permitiriam realizá-lo. Durante décadas foi crescente o número de pessoas que acreditavam nesses instrumentos e viam na sua aplicação o indicador de igualdade. Do lado do capitalismo, as teorias clássicas indicavam que o livre jogo de mercado também tendia para a construção da igualdade. E mostravam que isso estava acontecendo nos países de economia avançada.

O final do século XX mostra que os países socialistas não conseguiram realizar uma igualdade nos moldes esperados e que prometiam. Tudo indica que não apenas ficaram em uma igualdade por baixo, pela perda de eficiência econômica, como, ainda mais grave, essa igualdade era aparente: no íntimo do sistema, fortes desigualdades separavam os homens e os grupos sociais.

Nos países capitalistas de economia avançada as necessidades básicas foram praticamente satisfeitas para toda a população. Em compensação, construiu-se uma sociedade cujo único objetivo é o consumo. Jogou-se uma parcela da população no desemprego, sem perspectiva de uma função social. E, o que é mais grave, a igualdade interna nesses países ocorreu com uma desigualdade crescente no resto do mundo.

A desigualdade crescente no final do século oferece por isso um terceiro susto: ético. Descobrimos,

agora, a construção da apartação em escala mundial. O mundo parece caminhar para a criação de um sistema internacional de ricos, separado das multidões de miseráveis excluídos da utopia consumista, independentemente do país onde vivam.

Esses três sustos têm uma lógica unindo-os: o êxito técnico e o fracasso utópico estão relacionados em um mesmo princípio — o tipo de avanço técnico que ocorreu.

Os analistas do final do século passado, na linha socialista ou capitalista, viam o avanço técnico concentrado basicamente nas máquinas que produziam, e não nos produtos novos que eram inventados. Era a automação que parecia avançar, visando à fabricação dos mesmos produtos: roupas, alimentos, habitação e outros bens básicos. A automação crescente com necessidades limitadas tenderia a criar uma situação de abundância.

Mas, a partir do final do século passado, ao lado do avanço na automação, surgiu um crescimento ainda maior na invenção de novos bens para consumo. Em vez de novas máquinas para produzir mais das mesmas coisas, surgiram novas coisas. Em vez de criar a abundância e eliminar as necessidades dos poucos e tradicionais produtos, como imaginavam os pensadores do século XIX, a Revolução Industrial seguiu o caminho de aumentar a variedade de produtos.

Em conseqüência disso, as necessidades ficaram ilimitadas e a abundância ficou impossível para o conjunto. Porque antes de realizar-se para todos ela já estava superada pela necessidade crescente por novos produtos. Era uma corrida interminável em direção a um destino que se afastava cada vez mais, graças aos novos objetos e desejos que apareciam no mercado a cada dia.

Ainda assim, manteve-se o sonho de uma possível igualdade de consumo na qual, graças ao crescimento, todos teriam tudo, ou quase tudo.

Nas últimas décadas do século XX percebem-se os limites ao crescimento e, por causa desses limites, entende-se que o consumo não poderá crescer para todos.

Só haveria duas alternativas: mudar os objetivos da civilização industrial, ajustando-os a valores éticos, como a igualdade, ou caminhar para a crescente desigualdade, aumentando o consumo de uma parte da população e excluindo os demais.

O sistema mundial levou adiante o crescimento do consumo, mesmo significando o abandono de investimentos nas áreas sociais e aumentando a desigualdade.

A geografia política do mundo, no final do século XX, mostra um mar de miséria circundando ilhas de riqueza. Inicialmente, as ilhas de riqueza convivem com a pobreza, mas o aumento da pobreza transfor-

ma as massas do mundo em ameaçadores maremotos, e a solução são os diques do *apartheid*. Separando as minorias ricas das populações pobres, o mundo cria um imenso *arquipélago internacional de pobreza*: um *gulag* social.

Fazendo-se as pessoas *diferentes*, e não apenas *desiguais*, a solidariedade entre todos os homens será abandonada, tornando legítimos os diques que isolam os pobres, formando o *gulag*. Protegidos pela camuflagem ética, alguns podem defender seus privilégios e sua liberdade, como antes faziam os gregos.

Um guarda de fronteira em qualquer país europeu não tem a sensação de estar expulsando seres humanos pobres, apenas estrangeiros bárbaros que tentam invadir seus países. A ética, a decência parecem estar a favor dos europeus, mesmo quando excluem maiorias, como faziam os sul-africanos com habitantes do próprio país. Sendo de países diferentes, a Europa acha que se mantém humanista, mesmo quando protege sua abundância e seu luxo expulsando para a miséria os cidadãos albaneses na Itália, matando turcos na Alemanha, devolvendo *boat-people* vietnamitas em Hong Kong.

A divisão do mundo em nações camufla esse *apartheid*. Essa camuflagem ética não funciona quando o *apartheid* social está dentro de um mesmo país, como no caso do Brasil.



A APARTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, como no mundo, a desigualdade continuou depois da escravidão. Mas as classes sociais conviviam na necessidade mútua e no mesmo espaço físico.

O que mudou nas últimas duas décadas foi que essa interligação tornou-se:

(*) desnecessária economicamente, porque a automação reduz a quantidade de trabalhadores necessários;

(*) incômoda socialmente, por causa da degradação urbana provocada pela pobreza;

(*) arriscada politicamente, devido às consequências da violência criada pelas grandes massas excluídas.

Em vez da convivência, começou-se a montar a apartação. Para isso, em vez da *desigualdade*, surgiu

a *diferença*. A economia e a sociedade se dividiram, cada uma delas em grupos apartados.

O desenvolvimento separado

Até recentemente, a economia brasileira funcionava pela articulação entre um setor moderno e outro arcaico. Havia uma inter-relação entre a pobreza, que fornecia o trabalho sem qualificação, e a riqueza, que fornecia o capital e o trabalho qualificado. A dinâmica econômica dependia da desigualdade, que garantia baixos salários. Essa dualidade econômica era vista como uma etapa necessária para a riqueza de todos, que incorporaria na modernidade parcelas crescentes da população pobre.

No começo dos anos 60 essa situação começa a mudar. A economia entra em crise, por não incorporar os contingentes de mão-de-obra que migram para as cidades; os bens industriais do setor moderno não conseguem compradores. A dualidade deixa de funcionar satisfatoriamente.

Havia duas possibilidades para resolver o problema da economia dual: com reformas sócio-econômicas que eliminassem a dualidade, formando uma economia unitária, sem *excluídos*; ou continuar o processo dual, sob um autoritarismo que proibisse as mobilizações sociais, assegurando o funcionamento tranqüilo da sociedade.

Em 1964, a elite dirigente brasileira optou pelo caminho da dualidade sob o autoritarismo. Provavelmente não imaginava o rumo que a dinâmica econômica tomaria, nem o tipo de sociedade a que essa dinâmica levaria. Mas, para viabilizar o sistema econômico, o regime implantado executou todas as medidas que transformariam a economia dual em uma economia de *apartação*.

a) Os grandes capitalistas

Quando observamos a história do Brasil, percebemos que até 1930 os empresários brasileiros eram apenas um apêndice dos grupos comerciais e industriais estrangeiros. Eram produtores e exportadores de bens agrícolas para o mercado externo, ou importadores de bens industriais estrangeiros. Raros empresários tinham um interesse interno voltado para a economia brasileira.

A partir de 1930 consolida-se uma classe empresarial voltada para o mercado interno. Depois de 1964, essa classe empresarial passa a concentrar seus interesses nos consumidores nacionais que têm padrão de consumo estrangeiro: os consumidores das classes média e alta. Os empresários têm interesses voltados para dentro do país, mas apenas para a pequena parcela da população que é rica. O Brasil é um dos poucos países contemporâneos onde a maior parte dos grandes empresários não tem interesse

econômico na elevação do poder de compra da maioria da população.

Para eles basta elevar o poder de compra de uma minoria de trabalhadores que compram seus produtos. Mesmo os produtos tradicionais começam a diferenciar-se, com características para pobres e para ricos, para *excluídos* e para *incluídos*. Até mesmo o símbolo de produto popular passa a ser diferenciado no tipo, na qualidade e, sobretudo, nos locais de venda. Para atender aos gostos dos ricos e quase ricos, padarias sofisticadas, chamadas *butiques de pão*, separam os privilegiados das padarias populares.

b) Os trabalhadores incorporados à modernidade, com qualificação e salários que permitem um certo nível de consumo

Da mesma forma que os empresários dos bens de luxo perderam raízes locais e pensam como estrangeiros, uma parte dos trabalhadores também perdeu contato e solidariedade com a pobreza excluída da modernidade. Mantém mais ligações com os trabalhadores do exterior do que com os *excluídos* de seu próprio país.

Até recentemente, os trabalhadores incorporados ao setor moderno da economia lutavam por reformas para elevar o seu nível de vida e ao mesmo tempo o da maioria da população.

Com a modernização acelerada, o sistema segregou os trabalhadores em grupos apartados: aqueles com salários compatíveis com os custos da sobrevivência, reajustados conforme a inflação, dispendo de serviços sociais; e os demais, os *excluídos* e marginalizados.

Os sindicatos de trabalhadores do setor moderno passaram a concentrar suas preocupações apenas nos salários e outras vantagens específicas; perderam de vista a globalidade do problema social; concentraram a luta em reivindicações; perderam o sentimento da necessidade de reformas sociais. Lutam para não serem *excluídos*, e não para que todos sejam *incluídos*.

A idéia de Marx da unidade do proletariado do mundo inteiro perdeu-se no momento em que o desenvolvimento econômico provocou a separação: entre trabalhadores brancos e negros na África do Sul; trabalhadores europeus e o povo do Terceiro Mundo; e dentro de um mesmo país, como no Brasil, trabalhadores modernos separados do conjunto do povo. Tanto quanto a sociedade, o povo ficou partido entre trabalhadores empregados no setor moderno e as massas de *excluídos*.

Essa separação se dá pela impossibilidade de incorporar toda a população no nível de consumo dos trabalhadores modernos, mesmo que estes não sejam ricos. Depois de reservar uma poupança neces-

sária para o futuro, o que sobraria da renda nacional brasileira seria insuficiente para pagar a todos os adultos o mesmo salário que recebem os trabalhadores do setor moderno da economia.

Além disso, o tipo de produção de bens voltados para uma minoria rica inviabiliza a distribuição da renda. Se a renda fosse bem distribuída, os produtos de ricos ficariam sem compradores, gerando desemprego entre os trabalhadores do setor moderno. Os que estão empregados nesse setor percebem isso, mas preferem não dizer, para não ter de propor uma modificação geral na economia. A consequência é que defendem apenas o emprego e o salário deles próprios, os *incluídos*, ignorando os demais.

c) Os trabalhadores incorporados rotativamente à modernidade, que se mantêm na pobreza, com baixo treinamento, baixos salários.

Em sua maioria, os trabalhadores *incluídos*, ainda que perdendo de vista a necessidade da reforma e concentrando-se nas suas reivindicações específicas, não estão seguros de sua integração ao sistema. Uma parte deles sobrevive na margem entre o setor moderno e a exclusão social: são os trabalhadores de baixa renda. Estão em permanente risco de desemprego, que os jogaria, talvez definitivamente, na miséria da exclusão.

Se não se considerarem os que dispõem de estabilidade por razões legais, como os funcionários públicos, ou por qualificação, como os profissionais liberais e operários especializados, os demais trabalhadores são privilegiados momentâneos. Ainda quando têm seus empregos garantidos, seus filhos poderão ser *excluídos*.

Uns poucos conseguem saltar para a minoria moderna, outros oscilam conforme o emprego, algumas vezes dentro do sistema, outras fora dele, mas a maioria fica permanentemente excluída.

d) Os excluídos

Com a chamada modernização das últimas três décadas, a indústria brasileira passou a fabricar novos produtos que exigem alta renda de seus compradores, o que inviabiliza e dispensa as massas como consumidoras. Por outro lado, as novas técnicas dispensam os grandes contingentes de mão-de-obra, exigindo poucos e qualificados trabalhadores, que passam a receber salários que lhes permitem comprar os bens produzidos pelo setor moderno.

O que aconteceu com a Europa, que deixou de necessitar de mão-de-obra imigrante, aconteceu no Brasil, que deixou de necessitar da mão-de-obra que se incorpora a cada dia no mercado, pela idade ou pela migração do campo à cidade.

Um exemplo disso é a diferença como são tratados hoje os migrantes nordestinos que vêm para o sul. Enquanto até os anos 70 eram bem recebidos trabalhadores que construíam o progresso, agora são vistos como indesejáveis pobres. A economia passa a dispensar os grandes contingentes de mão-de-obra e por isso não tem razão para cuidar deles.

Saíram de uma economia tradicional, que lhes garantia a sobrevivência pobre, sem penetrar na economia moderna, que não necessita deles. Saem da dualidade e caem na exclusão.

Apesar da pobreza, a fome existia restrita a certas áreas, em geral no Nordeste, e a certos momentos, em geral nas secas. Com a evolução e a modernização da economia, o processo de produção se organizou de forma mercantilista. Foi desaparecendo o setor de produção alternativo: a fome se espalhou por todo o território e passou a durar todo o tempo entre os *excluídos*.

Passam a viver das sobras do sistema: o único ponto de tangência entre eles e os *incluídos* está no lixo. A sobra de empregos temporários e a sobra de lixo das casas, dos restaurantes, dos supermercados; e a sobra monetária, nas esmolas aos pedintes, e nas gorjetas aos que cuidam de carros e aos que ajudam a transportar comida entre os supermercados e os estacionamentos.

Na economia dual, havendo um setor atrasado e rural, cada pessoa conseguia acesso a alimentos. Na economia de *apartheid*, o setor atrasado tende a desaparecer, transformando a pobreza em miséria e fome. Os pobres se transformam em miseráveis, os que viviam da informalidade passam a viver do lixo. Uma parte da população passa a viver no luxo e outra do lixo.

Com o tempo, nem o lixo existirá. O setor moderno tende a reciclar o lixo e a tratá-lo com modernas técnicas, como as compressoras domésticas.

O Brasil é um bom exemplo dessa evolução trágica. Em todas as cidades, centenas de milhares de pessoas vivem do lixo, mas em algumas já se percebe um processo de seleção, tratamento e reciclagem, e a fonte de vida dessas pessoas começa a desaparecer. As populações marginais perdem aos poucos esse último vínculo com a modernidade: o lixo. A alternativa será a total exclusão e a morte.

A ruptura social

Todos os aspectos sociais passam a construir dois mundos à parte. A educação de uns vai até a universidade, a de outros não chega à alfabetização. O tratamento médico de alguns prolonga a vida e quase impede o envelhecimento; outros continuam subme-

tidos à mesma taxa de mortalidade infantil, sobrevivem nas doenças endêmicas e morrem antes do tempo, às vezes em filas de hospitais malequipados. Alguns circulam pelas cidades em automóveis com ar-condicionado, outros são obrigados a dormir no local de trabalho por falta de recursos para pagar transporte em um velho ônibus. As casas dos *incluídos* são equipadas com requintes inimagináveis há poucos anos atrás, enquanto dezenas de milhões vivem na sujeira, sob a chuva, debaixo de pontes, ao relento mais absoluto. Algumas crianças enchem os aviões para passar dias fazendo compras em Miami, enquanto milhões de outras passam seu tempo lutando para sobreviver, muitas vezes na droga e algumas vezes no crime. Alguns se aposentam aos 50 anos de idade, com salários altos e integrais, enquanto a quase totalidade dos demais não se aposenta jamais, ou sobrevive com míseras e incertas pensões.

A invasão das cidades pelos pobres, as ameaças decorrentes dessas invasões, as conseqüências da degradação da ecologia humana nos centros das cidades forçam as elites a se afastar do povo excluído.

Ao ficar partida socialmente, a população sofre uma necessária separação física. É o momento em que a *desigualdade* se aproxima do *apartheid*.

a) As cidades divididas

A apartação não se limita às relações formais na economia; ela se mostra no espaço onde habitam as populações.

Até os anos 60 havia uma convivência entre as camadas sociais nos centros das cidades, e mesmo nos bairros de classes média e alta havia pobres que moravam em casebres. Nos anos 70, a especulação imobiliária expulsou os moradores pobres dos bairros de classe média, em direção às favelas. Hoje, os bairros de classe média são mais exclusivos de ricos do que os bairros das cidades sul-africanas são exclusivos de brancos. Atualmente, na África do Sul existe mais chance de um negro viver em um bairro de brancos do que no Brasil um pobre viver em um bairro de ricos.

Ao mesmo tempo que os bairros de ricos e de classe média se faziam exclusivos, os bairros e favelas de pobres eram empurrados para locais distantes dos centros comerciais, sem saneamento, serviços de limpeza ou escolas de qualidade. Apesar disso, os ricos sentiam-se ameaçados pelos pobres que continuavam com direito a circular pelos bairros abastados.

Impossibilitados de explicitar a apartação física, proibindo-os de circular por essas áreas, como fez a Lei de Circulação na África do Sul, os ricos optaram pela segregação física, construindo os condomínios,

onde as ruas e praças são cercadas e protegidas por vigilantes que só permitem a entrada de moradores, visitantes ou seus *serviçais*. As casas e os prédios são fechados e controlados por requintados sistemas de proteção e vigilância. Diferentemente do centro das cidades, os shopping centers se transformam em símbolos da modernidade, graças ao ar-condicionado, mas sobretudo às portas que permitem afastar os excluídos, criando espaços exclusivos, próprios para as compras dos incluídos.

Ainda mais grave: as vozes que se levantam contra estas cercas argumentam com base na estética e no compromisso com as paisagens e os traçados das cidades, e não com base na falta de ética de cidades onde os habitantes do mesmo país são vistos constantemente como invasores.

Os anos 90 serão os anos das muralhas construídas pelos moradores das classes média e alta, nos condomínios e nos shopping centers, nos bairros e em algumas cidades menores e ricas do interior de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. A realidade do final do século nas cidades do Brasil é uma degradação espalhada, com ilhas paradisíacas em shopping centers e outros edifícios especiais.

Durante os percursos entre casa e trabalho e shopping centers e clubes, o ar-condicionado dos carros serve menos para proteger do calor do que para evitar o contato com pedintes, meninos de rua e doentes.

Pouco a pouco a separação começa a ser explicitada nas praias. Ainda que as praias brasileiras sempre tenham sido divididas por classes, até recentemente essa separação se fazia mais por convenções, pontos de ônibus e preços dos serviços do que por imposição. O aumento da população urbana começa a subverter a ordem, levando à exclusão explícita. Em um primeiro momento, pela coação física dos vigilantes e seguranças, dificultando a presença de pobres nas áreas tradicionalmente destinadas aos ricos. Num segundo momento, que já está começando, surgem praias mais distantes e com vigilância que exclui os indesejáveis, no modelo das *beach parks*: espécie de shopping centers de praia, cujo melhor exemplo hoje no Brasil está em Fortaleza, no Ceará. Em breve, as praias começarão a ser cercadas. Ingressos serão cobrados com a desculpa de que o governo não deve desperdiçar recursos com limpeza e manutenção das praias, mas o verdadeiro objetivo será a seleção dos frequentadores.

Não se tratará de proteger os muito ricos, que já há algum tempo não vão às praias urbanas no Brasil, pois preferem frequentar praias exclusivas, algumas no exterior, ou suas piscinas. A *apartação* é para separar a classe média dos *excluídos*.

O que na África do Sul o *apartheid* fez com leis, ao proibir os negros de frequentar os bairros, as lojas, os restaurantes dos brancos, no Brasil a apartação

faz com a arquitetura, ao impedir os pobres de frequentar os espaços dos ricos. Na África do Sul, opta-se pela ética da diferença explícita, sem necessidade de construções. No Brasil, opta-se pelas construções para manter a ilusão de ligeira e passageira desigualdade.

A situação se agrava a tal ponto que uma parte rica da população prefere morar no exterior enquanto não se implanta de forma efetiva e legal a apartação, para que ela possa voltar a morar tranquilamente no Brasil, protegida pela lei.

b) O separatismo

Como se não bastasse fechar ruas, casas, edifícios, centros comerciais e condomínios, cidades inteiras começam a tratar trabalhadores de fora como estrangeiros, proibindo-lhes a entrada. No mesmo momento em que o impedimento da entrada de alguns brasileiros em países estrangeiros irrita toda a coletividade nacional, prefeitos de cidades brasileiras fazem o mesmo com pobres de outras cidades, sem que a elite *incluída* se manifeste contrariamente.

Serviços de policiamento agem como os guardas de fronteira da Europa; assistentes sociais servem como elementos de “repatriamento de migrantes invasores” brasileiros tratados como estrangeiros, ou *inestrangeiros*, já que são nacionais do país.

O sentimento separatista se espalha, junto com o sentimento de antagonismo e preconceito contra os originários de regiões pobres, especialmente o Nordeste. Mas, como na Europa, são preconceitos contra os pobres e a ocupação que eles fazem do espaço urbano: ameaçam empregos, sujam e enfeiam as cidades, cometem violências na luta pela sobrevivência e, sobretudo, incomodam os que têm resquícios de uma ética da igualdade.

O separatismo no Brasil é uma tentativa semelhante àquela usada pelos sul-africanos, visando estrangeirizar os brasileiros pobres das cidades ricas. Não contra os nordestinos, quando se trata de pessoas ricas e conceituadas, especialmente os grandes nomes da cultura originários dessa região. O equívoco na idéia do separatismo é que, diferentemente da África do Sul, as regiões ricas brasileiras necessitam das regiões pobres: como compradoras dos produtos industriais das regiões ricas, que têm preços altos e qualidade baixa, vendidos graças ao protecionismo nacional; como fornecedoras de recursos naturais; como geradoras de saldo em divisas; como produtoras de grande parte do patrimônio cultural do país.

Na África do Sul, as artificiais nações negras foram criadas como diferentes da África do Sul branca e tendo como objetivo fornecer mão-de-obra sem cidadania. No Brasil, a separação quebrará uma unidade social da própria elite, espalhada por todo o território

nacional. Aqui, o *apartheid* terá que ser social, e não fruto do separatismo. Salvo se todos os ricos do nordeste forem levados para os novos países do sul, enquanto os pobres do sul seriam levados para o nordeste. Mas sem o controle sobre as reservas de petróleo, sobre as divisas geradas pelo açúcar, pelo algodão, pelos minerais, estas economias ricas empobreceriam.

c) A diferenciação das raças

Um dos feitos nacionais do Brasil estava na constante miscigenação natural dos brasileiros, formando uma nova raça ao lado das outras. Nas últimas décadas esse processo está se interrompendo, com a fabricação de uma clara diferenciação racial entre os brasileiros pobres e os brasileiros ricos.

Uma leitura atenta dos jornais mostra a diferença que está surgindo entre os brasileiros. Como resultado de décadas de desnutrição, deseducação e aculturação, surgem os *homens-gabirus*. E ao mesmo tempo por meio de técnicas médicas, dietéticas, fisioterápicas, são formadas gerações de saudáveis e atléticos brasileiros. Uma das conseqüências desse processo de diferenciação é que, independentemente da roupa e de outros adereços que se usem, e apesar da mistura racial, no Brasil é possível conhecer o biotipo dos pobres em comparação ao biotipo dos ricos.

Surgem, pouco a pouco, raças novas no Brasil. O que a miscigenação tentou fazer para unir as diversas raças em uma nova raça brasileira, a economia está fazendo para separar a nova raça brasileira em raças distintas. Da mesma forma como a diferença de raças facilita o *apartheid* entre brancos e negros, a continuação dessa ruptura racial trará, para as elites brasileiras, a vantagem de facilitar a exclusão de grupos debilitados física e intelectualmente. Mais fáceis de controlar politicamente, sem necessidade dos crescentes e dispendiosos custos de proteção à propriedade.

Ao explicitar a diferença racial entre os brasileiros, a elite sentirá menos constrangimento, ou nenhum, para exercer da forma mais brutal a *apartação*. O que na Índia levou dezenas de séculos para acontecer, com a submissão cultural das castas, no Brasil o uso exclusivo da medicina moderna e da alimentação correta pelas elites fará em poucas décadas.

A cultura apartada

a) A burocracia acadêmica

Um dos exemplos mais trágicos da *apartação* social no Brasil é a forma como os intelectuais se isolaram do povo, reduziram seus compromissos libertários e caíram na burocracia do trabalho acadêmico.

Não se pode dizer que até os anos 20 houvesse uma relação estreita entre as culturas popular e da elite: o teatro era falado com sotaque português, as universidades eram inexistentes dentro do Brasil. Mas, a partir dos anos 20, os intelectuais não apenas descobriram o valor da cultura popular como também aproximaram as duas faces da cultura. O teatro descobriu o povo, a literatura descrevia o país.

Até os anos 70, os universitários desenvolviam atividades populares: o teatro da UNE (União Nacional dos Estudantes) e mesmo o Projeto Rondon, pelo qual, no regime militar, estudantes eram levados ao interior do país. Os intelectuais escreviam em linguagem acessível aos que sabiam ler. Os cineastas faziam filmes que tocavam as emoções da população. Depois, percebe-se um total retrocesso. A elite deixa de ser intelectual e prefere ser "doutora", esquece os valores da população do país e opta pelos padrões estrangeiros.

Surge uma *apartação* entre como o povo pensa e como os pensadores falam. Nos últimos anos nota-se um radical isolamento de toda a intelectualidade. A distância entre o que os intelectuais pensam, escrevem e falam e o povo no Brasil não é menor do que a distância entre seus colegas brancos e os negros na África do Sul.

b) A linguagem especial

O idioma português no Brasil já começa a se diferenciar conforme a classe social da pessoa que fala,

mas para todos os fins oficiais só a língua dos *incluídos* é que vale. Ainda que escritos em português, o Código Civil, as leis, as normas ficam ininteligíveis aos *excluídos*.

As elites educadas criam regras que só elas conseguem usar corretamente e uma terminologia que degrada os *excluídos*, mas mesmo assim estes a utilizam.

A palavra *menor* é usada vinculando todas as crianças pobres ao Código Civil, mas os filhos dos *incluídos* são chamados de crianças; *marginal* pode significar bandido ou pobre; mesmo sendo brasileiros, os miseráveis que ocupam terrenos urbanos e moram embaixo de viadutos ou nas calçadas passam a ser considerados *invasores*; quem nasce em família abastada é automaticamente de *boa família*, o que elimina da bondade todos os que nascem entre os pobres; apesar de acessível a pouquíssimas pessoas, o automóvel pequeno passa a ser considerado como *carro popular*.

Além de criar uma linguagem própria, a apartação cria palavras novas. Como se a realidade produzisse conceitos antes mesmo de as idéias se consolidarem, explicando a nova situação de separação entre os grupos sociais do país. Surgem palavras como: *homem-gabiru*, *menino de rua*, *pai de rua*, *spa*, *condomínio*, *parking shop*, *shopping center*, *pivete*, *sem-teto*, *sem-terra*, *invasor*. São palavras do novo universo da apartação.

c) A esquerda elitista

Na África do Sul, a consciência negra ficou incorruptível graças à permanência da identidade racial. Até recentemente, havia no mundo uma esquerda que sonhava com a utopia igualitária. Na Europa das últimas décadas, o proletariado incorporado aos privilégios passou a ter sonhos fascistas contra os imigrantes que ameaçavam esses privilégios.

Durante o período anterior à *apartação*, havia no Brasil uma esquerda libertária que lutava por utopias, desejando uma revolução igualitária. Hoje, a esquerda luta apenas por mais salários, pela participação nos lucros, pela compra de ações das empresas onde trabalham, de preferência as estatais, a preços reduzidos e com dinheiro podre. A esquerda comprometida com os trabalhadores do setor moderno perdeu a dimensão utópica e se isolou dos *excluídos*. Considera paternalismo e repudia propostas que visam atender aos interesses imediatos das camadas *excluídas*.





A FABRICAÇÃO DA APARTAÇÃO NO BRASIL

Um retrato do planeta

Só o Brasil e o planeta considerado como um todo tentaram o progresso industrial por tanto tempo, com tanto êxito econômico e tanto fracasso social. Os demais países, considerados isoladamente, ou não tentaram com tanto êxito, ou não fracassaram tanto. Não é por acaso que o *apartheid* no mundo se parece tanto com a *apartação* brasileira.

O Produto Interno Bruto per capita, real e corrigido pelos métodos das Nações Unidas, para o Brasil e para o mundo são praticamente iguais. Cada habitante do mundo tem, ao nascer, a esperança de viver, em média, até 65,5 anos; se nascer no Brasil, tem quase a mesma esperança média, 62,8 anos. Mas, se for rico, não importa se nasceu no Brasil ou fora,

ele tem a esperança de viver quase quarenta anos mais do que se for pobre. A crise ecológica, a distribuição da renda, o nível educacional, o quadro de desnutrição e saúde ocorrem de forma muito parecida no mundo e no Brasil. O Brasil é um retrato do planeta Terra.

Mas, o mais forte traço característico do planeta que o Brasil reproduz é a existência de um sistema de *apartação* social de sua população. É a força dos ricos para impedir a distribuição de seus privilégios, ao mesmo tempo que tentam manter a farsa de que são solidários e defendem a igualdade entre os homens.

A diferença é que o *apartheid* internacional foi produzido pelas elites dos *países-com-maioria-rica* em benefício de suas populações. Enquanto no Brasil, como na África do Sul, foi contra suas próprias populações. Nos primeiros, é fruto de acertos sociais e econômicos, ainda que comprometa a ética da igualdade em escala mundial. No Brasil é fruto inicialmente de erros cometidos na organização do processo social e do crescimento econômico.

Os erros do passado

Na África do Sul, o *apartheid* foi criado a partir da transposição direta de uma sociedade estrangeira, industrial, de cultura européia, para um território com

uma sociedade nativa, agrícola, de cultura própria; ainda mais, essas sociedades eram diferenciadas também pela cor da pele. Desde o início, foi um desenvolvimento econômico diferenciado e separado. As leis de 1950 visaram apenas legalizar a realidade e, se possível, criar uma legitimidade pela explicitação da legalidade da diferença.

O *apartheid* foi uma decorrência lógica da falta de sintonia entre o projeto social que a minoria branca importou da Europa e a realidade social, cultural e econômica da sociedade nativa.

No Brasil, a *apartação* teve a mesma causa, ainda que o processo tenha seguido rumos diferentes. Em vez de apartada, a sociedade nativa foi destruída. O modelo europeu implantou-se eliminando a maior parte da cultura e da própria população indígena. Para realizar o trabalho braçal, a sociedade européia importou da África mão-de-obra escrava.

O fim da escravidão levaria a um de dois caminhos: a integração social de todos os habitantes em um projeto unitário de nação, ou o desenvolvimento separado nos moldes da África do Sul.

Pode-se imaginar que a idéia que prevalecia, e aparentemente era desejada, visava a integração. Primeiro, porque séculos de miscigenação dificultariam manter uma separação racial contra os ex-escravos negros. Segundo, porque da ética européia prevaleceu a crença, ou a hipocrisia, na igualdade dos homens.

A *apartação* da sociedade brasileira não se fez como conseqüência de uma opção explícita por um desejo social de parte da elite, como foi a construção do *apartheid* pelos brancos na África do Sul. No Brasil, ela foi uma conseqüência inesperada do projeto de desenvolvimento transplantado do exterior e dos erros cometidos visando sua execução. Erros no sentido de que os resultados finais das decisões, apesar do êxito no que se refere aos resultados econômicos, levaram à *apartação*, que não era desejada.

Até 1822, não se pode falar de erro, porque o Brasil não era um país, apenas uma colônia, um território onde se plantavam açúcar e outros produtos para atender aos interesses da metrópole. Até 1889, ainda que independente, o Brasil era apenas uma monarquia que, usando a escravidão, tentava manter nos trópicos uma corte europeizada. Entre 1889 e 1930, apesar da Independência, da República e da Abolição da Escravidão, o novo país ainda não pensava como uma nação, mas apenas como um país onde grandes latifundiários e comerciantes continuavam o sistema colonial de exportação e importação. Não havia um projeto de nação voltado para os interesses internos.

Só a partir de 1930, a sociedade passou a olhar para dentro, com seus empresários voltando-se para a indústria, seus trabalhadores se organizando em

sindicatos, seus governos tentando definir políticas que promovessem o desenvolvimento econômico nacional, aumentando a renda interna e mantendo-a dentro do país.

Durante os últimos sessenta anos, o país manteve uma razoável coerência nestes objetivos e um satisfatório êxito na sua realização. Apesar desse êxito, a sociedade caminhou para a apartação devido a dez erros.

Primeiro erro: industrialização com manutenção da mesma estrutura agrária. A industrialização deslançada a partir de 1930 ocorreu mantendo a agricultura na mesma estrutura anterior, em grandes latifúndios cuja produção era voltada para a exportação. Essa situação criou um setor industrial dinâmico concentrado, mantendo a população rural relegada, marginalizada do mercado, sem educação. A dualidade decorrente provocou uma rápida migração para as cidades, produzindo as bases da população marginal apartada que hoje enche as grandes cidades brasileiras.

Segundo erro: as técnicas desadaptadas. As técnicas utilizadas para a industrialização do Brasil visavam repetir as técnicas usadas em países muito diferentes no nível de renda, nas características culturais, nos recursos naturais. O resultado foi que a base industrial visava produzir bens que não atendiam à necessidade da população em geral, mas ao

consumo de apenas uma parcela tão rica quanto a classe média dos *países-com-maioria-rica*. Além disso, essas técnicas exigiam grandes recursos em divisas para importar equipamentos e matérias-primas e não absorviam a mesma parte da população, mantendo milhões no desemprego e no subemprego.

Terceiro erro: a ditadura. Quando os dois primeiros erros começavam a mostrar suas falhas, com a crise do começo dos anos 60, em vez de fazer as reformas necessárias, que muitos já defendiam, o Brasil cometeu o terceiro erro: implantou uma ditadura para impedir as mudanças. A ditadura foi a base política para se construir a sociedade de *apartação*. Sem debates, sem atividades políticas livres, o país foi obrigado a seguir o caminho de sua *apartação*.

Quarto erro: a concentração de renda. Em 1960, a continuação do modelo social iniciado em 1930 estava emperrando na falta de demanda para os bens das indústrias de ricos em uma sociedade de pobres. Para criar uma economia que atendesse aos interesses da maioria, os reformistas propunham distribuir a renda e fazer mudanças na indústria e na agricultura; a ditadura serviu para manter a continuação do modelo, criando demanda para uma minoria enriquecida graças à concentração da renda. Esse foi um passo fundamental para a *apartação*, dividindo a população nacional entre ricos, com níveis europeus, e pobres com os níveis de consumo dos mais pobres países

do mundo. Diferente da África do Sul, que implantou a ditadura dos brancos para garantir a desigualdade e explicitar a diferença, no Brasil a ditadura dos ricos serviu para ampliar a desigualdade e construir e consolidar a diferença.

Quinto erro: o endividamento. Para transplantar a economia rica para uma economia pobre, não bastava concentrar renda que viabilizasse a demanda; era preciso dispor de recursos para investimentos. Isso não seria possível sem um forte endividamento público e privado, interno e externo. Embora seja um compromisso e um custo para todos os brasileiros, o endividamento recai fundamentalmente sobre os mais pobres, porque eles estão desprotegidos contra a inflação e sofrem mais com a crise decorrente da dívida contraída sem beneficiá-los.

Sexto erro: abandono dos setores sociais. Mesmo endividando-se, o governo não dispunha de recursos suficientes para implantar a infra-estrutura econômica e ainda investir nos aspectos sociais. Cometeu-se o grave erro de abandonar investimentos em educação, saúde e saneamento para garantir investimentos em dispendiosa infra-estrutura econômica. A sociedade ficou dividida entre os que podiam comprar esses serviços privadamente e aqueles que estavam excluídos dos serviços básicos, sem os quais caminharam rapidamente para a exclusão.

Sétimo erro: ênfase nas exportações em vez do aproveitamento do potencial de um mercado interno possível. Quando a concentração da renda não bastava para garantir a demanda pelos produtos de ricos e o pagamento da dívida externa ficava difícil, em vez de distribuir a renda e mudar o tipo de produto da indústria, voltando-o para as necessidades da população, o regime ditatorial preferiu buscar mercado nas exportações. Um país com o tamanho do Brasil foi tratado como se fosse um pequeno país, onde um reduzido aumento das exportações geraria um impacto sobre a renda nacional. Para que o impacto ocorresse, era necessário concentrar os resultados positivos apenas na pequena parte do país moderno. A crise poderia ter sido utilizada para reorientar a economia em direção a uma sociedade integrada. Em vez disso, optou-se por subsídios, abandonou-se ainda mais os setores social, usou-se dinheiro público para construir hidrelétricas cuja finalidade básica era dar apoio a empresas exportadoras, separaram-se ainda mais as partes da sociedade brasileira.

Oitavo erro: criação de cartórios que protegiam cada setor de uma economia impossível de funcionar livremente. A imitação das economias ricas, em uma realidade tão diferente quanto a brasileira, não poderia funcionar livremente. Em vez de ajustar a economia à realidade interna, social, cultural, natural e econômica, o sistema preferiu proteger cada setor que

entrava em crise. A indústria automobilística nacional funcionava à base de proteção contra a estrangeira; quando isso não bastou, foram dados subsídios para que exportassem; quando isso não bastou, criaram-se subsídios para as vendas internas. Aos poucos uma inextricável rede de proteções foi feita para proteger um tecido social inviável. Nesse tecido, os incentivos e proteções se concentram sempre nos que estão dentro do sistema, raramente nos que estão excluídos.

Nono erro: comunicação social com compromissos exclusivamente privados. O nono erro foi a implantação de um sistema de comunicação sem compromisso cultural com uma sociedade integrada. A televisão foi o instrumento-chave de uma maneira de ver o mundo dividido, necessariamente partido entre duas classes apartadas: divulgando os objetivos da minoria como sendo os objetivos óbvios e únicos do país; oferecendo a ilusão da possibilidade de todos serem promovidos aos privilégios; justificando a ditadura e seu modelo; fazendo tolerável a desigualdade; ignorando seu papel pedagógico; criando necessidades e induzindo a uma demanda viável apenas com forte concentração da renda; disseminando a idéia de uma modernidade com base na técnica usada, e não nos objetivos sociais cumpridos; criando uma visão individualista, do "salve-se quem puder", da apologia de uma riqueza exclusiva para poucos.

Décimo erro: a partir de 1989, a democracia política sem reformas nas prioridades. No Brasil, diferentemente dos países europeus, dos quais importamos o modelo econômico, a democracia política não serviu para distribuir a renda e mudar o projeto social. Ao contrário, a democracia não fez ainda qualquer gesto social em direção a uma sociedade sem apartação; serviu para que os grupos corporativos, inclusive sindicatos de trabalhadores, mantivessem os privilégios e até os ampliassem.

Em vez de se modificarem a economia e o destino da sociedade, a *apartação* se consolidou como alternativa para continuar no erro. Na realidade, é na democracia política que a *apartação* está sendo explicitada. Enquanto durava a ditadura e a *apartação* era fabricada, quatro situações impediam de aparecer: primeiro, não era necessário explicitá-la, porque a repressão policial cuidava de impedir violências, arastões, mobilizações e a presença dos pobres entre os ricos; segundo, porque quando necessário a ditadura dispunha de meios para endividar-se e de mecanismos mais fáceis para dar compensações emergenciais e reduzir as catástrofes maiores entre os *excluídos*; terceiro, porque a ditadura reprimia as reivindicações dos grupos sindicais *incluídos*; quarto, porque os grupos corporativos sindicais tinham em comum com as massas a luta contra a ditadura.

O fim da ditadura deu força aos grupos sindicais organizados, que garantiram e até ampliaram seus benefícios, mesmo que à custa de uma maior apartação; os governos foram obrigados a atender aos interesses dos grupos corporativos e ficaram sem recursos para atividades emergenciais; desapareceu o único ponto de unidade entre o povo e os progressistas integrados no sistema, que era a luta contra a ditadura; finalmente, com a democracia, o povo, mesmo *excluído*, tem certos direitos assegurados pela Constituição e dispõe de organizações não governamentais de apoio a esses direitos. O resultado é que a democracia leva a desmascarar a farsa, e a *apartação* passa a ser visível.

Os instrumentos de implantação da apartação

Na África do Sul, o *apartheid* já existia explicitamente, faltando a legalização. No Brasil, ele existe implicitamente, começando agora a ser explicitado por meio de instrumentos que funcionam como diques de *apartação*, ainda que não explicitados nem legalizados.

a) A privatização do Estado, do espaço e dos serviços públicos

Para conseguir a diferenciação, um instrumento central é a privatização do Estado, do espaço e dos

serviços públicos. Em vez de construir serviços públicos que atendam às necessidades de toda a população, a sociedade brasileira vem implantando serviços que solucionam os problemas de minorias privilegiadas, abandonando as grandes massas excluídas.

(*) A terra rural não é usada para alimentar a população, mas para gerar divisas orientadas para o projeto de industrialização voltado para os ricos.

(*) O espaço urbano é privatizado, expulsando-se as unidades familiares, consideradas invasoras dentro de seu próprio país, e isolando-as em áreas segregadas; o próprio espaço público de ruas, praças, cidades é apropriado privadamente para as famílias do setor moderno.

(*) Através de seguros, a saúde é privatizada e resolvida para aqueles que podem pagar o custo, pessoalmente ou por meio do empregador, seja este o Estado ou o setor privado.

(*) O mesmo ocorre com a aposentadoria, por meio de grupos privados ou da participação em fundos particulares de solidariedade mútua. Ainda mais grave é a utilização privada de benefícios financiados com recursos da maioria da população. Graças ao atual sistema, trabalhadores de certos setores modernos conseguem aposentadorias aos trinta anos de serviço, às vezes com menos de 50 anos de idade, enquanto no setor informal, impossibilitados de comprovar tempo de serviço, muitos velhos pobres continuam a tra-

balhar. Não pára aí a perversidade: diversas categorias de profissionais de nível superior, como oficiais das Forças Armadas e professores das universidades federais, conseguem não apenas uma aposentadoria precoce, como o privilégio de aumento de salários no momento da aposentadoria. O privilégio é tão claro para as minorias que os mais humildes, os funcionários administrativos das universidades e os soldados e cabos, estão excluídos do privilégio dos oficiais e professores.

(*) A universidade é em si uma forma de privatização dos serviços estatais. Não apenas porque só entram nela os filhos das camadas privilegiadas mas sobretudo porque a maior parte dos profissionais universitários é formada com tão pouco compromisso e interesse nos problemas dos pobres *excluídos* quanto os universitários brancos da África do Sul são comprometidos com a maioria negra de seu país.

(*) A educação básica pública, que atende principalmente às camadas *excluídas* da população, há décadas não recebe o mesmo apoio que as universidades receberam nos anos 70. A minoria privilegiada brasileira deixou o setor da educação básica pública degradar-se. E, quando o custo da educação privada fica elevado, em vez de defender uma mudança nas prioridades, visando a implantação de escola e saúde públicas para todos e a reorientação dos objetivos do avanço técnico, a minoria privilegiada defende apoio

público para escolas privadas — isenção de impostos sobre a renda e financiamento direto à educação particular dos filhos dos *incluídos* no sistema, ou mesmo a criação de escolas especiais, com recursos públicos, para seus filhos.

(*) Uma das formas dessa privatização dos benefícios são os sistemas de vale-refeição, vale-cinema, vale-transporte e outros subsídios do Estado que servem apenas aos que estão dentro do sistema.

(*) A infra-estrutura urbana nas grandes cidades serviu muito mais para viabilizar o uso de automóveis do que para sanear os bairros periféricos. O sistema nacional de habitação foi usado para grandes obras viárias e para financiar a construção de habitações das classes média e alta nos anos 70.

(*) Todo o sistema estatal brasileiro tem sido um instrumento de concentração e de ampliação dos privilégios de poucos. A diferença é óbvia na qualidade do atendimento de um órgão de serviço social para a maioria do público, como hospitais e escolas, e de órgãos para o atendimento da minoria rica, como um departamento de trânsito ou um aeroporto de qualquer cidade.

(*) As estatais, muitas delas fundamentais para qualquer estratégia de soberania nacional, têm servido basicamente à construção do modelo de exclusão e à solução dos problemas relativos aos interesses da população rica.

(*) Ao longo de toda a ditadura, os políticos democratas e os sindicatos lutaram pela distribuição da renda entre os *incluídos*, mas esqueceram de lutar por uma revisão das prioridades nacionais, que orientasse o progresso em benefício dos *excluídos*.

(*) A televisão, o único serviço igual para todos, começa a se diferenciar. A sociedade começa a se dividir entre os *parabólicos*, que pagarão pela opção de dezenas de canais especiais, e os *metabólicos* que continuarão manipulados, vendo o que escolhem os donos das emissoras.

b) A captura dos críticos

I. A democracia apartada

Uma diferença entre a *apartação* e o *apartheid* é que a primeira é hipócrita e se proclama democrática.

A Europa consegue ser democrática e praticar o *apartheid* porque seu processo político é nacional e a segregação se dá contra estrangeiros. Países que, há trezentos anos, começaram a desmontar a diferença e inventar a ética da igualdade estão voltando ao passado em que a democracia convivia com a exclusão dos escravos e dos bárbaros. Com o agravante de que, agora, já não mais necessitarão de escravos. Aos poucos os europeus vão ter de enfrentar uma crise ética decorrente de um mundo integrado internacionalmente mas no qual a sociedade humana fica

classificada entre ricos e bárbaros. Mas não haverá dificuldades políticas e policiais, porque as fronteiras poderão ser guarnecidas.

O caso do Brasil é diferente. Não há como manter a democracia, no seu sentido de voto universal, e ao mesmo tempo manter a *apartação*, no seu sentido de exclusão.

Se a diferença entre raças não ocorrer antes, o Brasil apartado terá de escolher entre uma ditadura ou uma *democracia corporativa*, com direitos diferenciados conforme o tipo social do habitante.

A democracia brasileira já é deste tipo: uma ditadura de corporações, cada qual com seus mecanismos de pressão em defesa da visão e dos interesses próprios da categoria. Os parlamentares brasileiros são eleitos por seus Estados, mas estão mais vinculados a grupos corporativos. Representam bancários, militares, setores empresariais, proprietários rurais, grandes ou pequenos.

Para manter a *apartação*, a ditadura das corporações não será suficiente; para manter a exclusão, será necessária a implantação de um sistema de governo que permita evitar que os pobres participem do governo: pela formalização de um sistema como o sul-africano, em que os *excluídos* não votam; pela formação de castas, em que os *excluídos* não reclamam; pela manipulação eleitoral de votos com valo-

res diferentes; ou pela completa diferenciação racial, não apenas pela cor mas também por qualidades intrínsecas fabricadas artificialmente.

II. O alheamento e o alinhamento sindical

– No sistema de *apartação*, os grupos sindicais são comprometidos com os trabalhadores que representam, mas são alheios aos problemas das grandes massas *excluídas*.

A médio prazo, isso pode se transformar em uma forma nova de peleguismo. Já não será o peleguismo tradicional dos líderes sindicais alinhados corruptamente aos interesses dos patrões, mas o de um tipo de sindicalista que, embora fiel aos seus companheiros e intransigente com os patrões, faz parte do sistema social e econômico e fica submisso ao modelo e às prioridades nacionais.

É o sindicalismo que luta por vale-refeição mas não se preocupa com a reforma da estrutura agrária; que defende redução de imposto sobre os automóveis em vez de exigir um programa de produção de ambulâncias, ou de transporte urbano; que reivindica financiamento para educação dos associados mas não luta por uma educação pública para todos; que se preocupa com sistemas privados de saúde e aposentadoria mas ignora a crise do sistema público de saúde; que reivindica subsídios para a construção de

casas mas não leva em conta o saneamento básico; que briga por crescimento e salários como se todos fossem empregados, esquecendo a necessidade de uma revolução nas prioridades.

Esse *neopeleguismo* tem sua mais clara face nos trabalhadores europeus e norte-americanos, mas começa a surgir também no Brasil e se reproduz igualmente aqui entre os trabalhadores do setor moderno.

c) A tecnologia sem compromisso ético

Qualquer utopia passa necessariamente pelo avanço técnico. Mas, dependendo do compromisso ético, o instrumento que liberta o homem de suas necessidades termina aumentando a necessidade de muitos. O mal uso do avanço técnico, que aumentou a desigualdade e construiu a *apartação*, pode ser o instrumento de sua implantação definitiva. Para isso só será preciso manter por mais algumas décadas a tendência das últimas duas: a fome e a insalubridade, de um lado, e as técnicas médicas e nutricionais, de outro, terminarão por naturalmente diferenciar os homens.

Mesmo os setores de grande impacto positivo, como a robótica e a biotecnologia, em vez de libertar o homem do trabalho, podem terminar condenando muitos deles ao desemprego; em vez de melhorar a qualidade de vida, podem servir à criação de “espécies” diferenciadas de homens.

No Brasil, ao lado de seus aspectos positivos, essas técnicas estão servindo também como instrumentos de formação da diferenciação racial da população, graças à medicina concentrada no esforço de melhorar a saúde e prolongar a vida e a juventude de uns poucos ricos, abandonando as necessidades da saúde e da nutrição das grandes massas.

d) A militarização privada

O *encastelamento* não é suficiente para manter os pobres afastados. Os ricos têm de estar protegidos por um forte sistema de vigilância para atravessar territórios de pobres e entrar em seus castelos.

Esse sistema de vigilância já está em implantação. A publicidade de festas, carnavais, clubes, lojas, centros de compras e residências indica como principal qualidade desses itens os sistemas de vigilância particular que oferecem. A vigilância privada a serviço dos privilegiados torna-se tão natural que as atividades turísticas já incluem em seus custos o guarda-costas de cada turista. Os empresários e os filhos da classe média vivem cercados por guardas particulares.

Segundo os dados disponíveis, provavelmente subestimados, porque não levam em conta os vigilantes no setor informal, há no Brasil mais de 100 mil vigilantes privados, em firmas ou avulsos. A continuar

o ritmo de crescimento dos últimos anos, dentro de no máximo uma década o Brasil disporá de mais vigilantes privados do que militares das três Forças Armadas oficiais em conjunto.

O custo adicional dessa vigilância começa a perturbar o funcionamento de diversos setores. Ao analisar as causas da inflação, os economistas esquecem esses custos adicionais de cada atividade. Além disso, é insensatez pensar que uma elite se considere permanentemente protegida por vigilantes originários das classes que as ameaçam. Para proteger seus patrões, o exército de vigilantes enfrenta inimigos que estão social e economicamente mais próximos deles do que os patrões. É como se na África do Sul o sistema de garantia do *apartheid* fosse feito por vigilantes negros.

A situação tenderá a se ampliar e poderá ameaçar os próprios privilegiados.

Será uma questão de tempo até que a elite se sinta obrigada e tentada a atrair as Forças Armadas para o serviço de guarda-costas dos ricos e de guardiães da *apartação*.

e) A cultura da apartação

Segundo todas as estimativas, o Brasil é o país com a maior desigualdade de renda entre a parte mais rica e a parte mais pobre de sua população. A desigualdade é tamanha que já se pode dizer que

saímos da *desigualdade* e entramos na *diferença*. De outro tipo, mas não menos brutal do que a diferença entre os gregos e os bárbaros; entre os europeus e os escravos ou índios, nas Américas; entre os brancos e os negros na África do Sul.

Mas a *apartação* — aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão — não é possível sem a formação de uma ética e uma cultura que tolerem esse estado de coisas.

O Brasil está formando essa cultura. A visão de que os pobres são em princípio bandidos, de que os nordestinos retirantes são uma ameaça, de que a modernidade é a riqueza para poucos, e não o fim da pobreza para todos, e de que a cultura pobre é “brega” vai, aos poucos, criando uma maneira de pensar própria do *apartheid*. O separatismo no Sul e a elitização dos gostos são exemplos disso.

Os brasileiros da elite já não tratam os brasileiros pobres como *desiguais*, mas como *diferentes*. Pelo físico, pela roupa, pelos dentes, pela cultura, pela educação, pela linguagem, um brasileiro rico ou de classe média é mais diferente de um brasileiro pobre do que de um europeu.

É graças a essa diferenciação que as classes privilegiadas discutem os problemas do Brasil sem ao menos incluir a pobreza como um deles. Quando considerada, a pobreza é vista como um estorvo

desagradável a ser evitado, e não como um problema a ser resolvido. Deseja-se eliminar o incômodo que os pobres representam para os ricos, e não a degradação social que a pobreza significa para os pobres.

f) A política fiscal e monetária

Uma das formas de consolidar e continuar a *apartação* é promover uma política fiscal que privilegie os privilegiados e exclua os *excluídos*.

(*) Oferece subsídios aos automóveis, enquanto alimentos pagam impostos; isenta de impostos os remédios veterinários porque interessa à economia, mas mantém impostos sobre remédios para humanos porque os ricos podem pagar por eles; assegura financiamento e outros incentivos ao consumo de alta renda, enquanto o de baixa renda enfrenta dificuldades; taxa os salários e isenta o capital.

(*) A inflação funciona como um imposto diário, retirando parte do valor do pouco dinheiro que os pobres conseguem, enquanto os ricos dispõem de mecanismos para ampliar o valor de seu dinheiro, por meio de contas remuneradas, investimentos em ouro e moedas estrangeiras, manipulação de patrimônio imobiliário ou em títulos, uso de cartões de crédito, tudo termina criando duas moedas: uma de pobre, que se desgasta, e uma de rico, que se valoriza. Nesse sentido, a *apartação* brasileira é ainda mais perversa do que o *apartheid* sul-africano.

(*) Os subsídios fiscais são um exemplo das transferências que terminam privilegiando os ricos. São isentos do Imposto de Renda, que poderia servir para financiar prioridades sociais, os ganhos investidos em atividades sociais, como o desenvolvimento do Nordeste. Mas em vez de financiar os serviços de que carecem os pobres nordestinos, esses investimentos terminam nas mãos dos ricos do Nordeste, que gastam o dinheiro comprando equipamento e bens de consumo originários no Sudeste.

(*) Um dos exemplos mais graves foi o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). O primeiro, formado com descontos sobre os salários dos trabalhadores, serviu durante décadas para financiar a construção de casas para as classes média e alta. Os trabalhadores recebiam de volta suas contribuições reajustadas por uma taxa inferior à inflação. Os ricos pagavam os financiamentos reajustados a taxas inferiores à inflação. Aqueles perdiam, estes ganhavam. Quando o sistema entrou em crise, os ricos conseguiram mecanismos para facilitar suas dívidas e os trabalhadores tiveram os recursos do FGTS congelados sob o argumento de que não se dispunha de recursos.

AS OUTRAS FORMAS DE APARTAÇÃO

Disfarçadamente, outras formas de segregação continuam vivas, constituindo um verdadeiro arquipélago de grupos excluídos. Existem apartações raciais, religiosas, de gênero, de opção sexual, de origem regional, lingüísticas, de gerações.

Apartheid racial

A idéia da *apartação* social não pode servir como biombo para esconder a criminosa prática do racismo. Em primeiro lugar, esse racismo se manifesta indiretamente, pelo fato de que é de raça negra a imensa maioria dos *excluídos* sociais no Brasil. Além disso, a sociedade brasileira é racista. Ainda que prefiram conviver com um negro rico do que com um

branco pobre, os brasileiros estão impregnados de racismo.

Por força da aculturação imposta pelos colonizadores, muitos negros agem em relação ao conjunto da raça da mesma forma como os brasileiros agem em relação a si próprios: com complexo de inferioridade em relação ao que se chama de sociedades desenvolvidas.

O resultado é que os negros são *excluídos* não apenas pela pobreza mas também pela cor, sofrendo *duplo apartheid*, o racial e o econômico, que se somam em um círculo vicioso de difícil superação.

Apartheid religioso

Uma das formas mais explícitas de preconceito no mundo atual é a intolerância dos europeus diante dos fundamentalistas islâmicos.

Enquanto os muçulmanos viviam isolados em seus países, havia a aparência de tolerância. Quando eles se tornaram donos do próprio petróleo, emigraram em massa para a Europa e passaram a valorizar a própria cultura, a Europa passou a difundir o preconceito, explicitar opiniões depreciativas e tentar isolar os muçulmanos. Esse comportamento é comum a europeus de direita e de esquerda. O apoio generalizado à Guerra do Golfo, a postura diante das eleições de 1991 na Argélia são exemplos desse preconceito.

No Brasil, ocorreu nos últimos anos um grande aumento do número de seitas religiosas. Algumas delas certamente têm líderes charlatões. Mas, independentemente desses desvios dos líderes, há por parte da elite um claro preconceito contra toda religião que saia dos padrões tradicionais, que fira a sensibilidade dos cultos estabelecidos e, sobretudo, que promova grandes mobilizações populares.

Gestos parecidos entre uma e outra religião são vistos como totalmente diferentes sob o argumento de que as religiões novas manipulam com a crença, enquanto as tradicionais são o resultado da fé. Mesmo quando há uma aparente tolerância religiosa, continua a haver uma intolerância real com aqueles grupos que se formam e desenvolvem à margem dos sistemas religiosos tradicionais.

O machismo

Um forte *apartheid* continua a existir da parte dos homens contra as mulheres. Apesar de todo o avanço das últimas décadas, a idéia da liberação feminina e da igualdade entre os gêneros não avançou suficientemente.

As mulheres têm estado condenadas a trabalhos que os homens e a sociedade em geral classificam como inferiores, por mais nobres que eles sejam.

Como conseqüência, quando conseguem integrar-se na produção formal, têm salários inferiores, são molestadas sexualmente e sofrem bloqueios de carreira, sendo preteridas por trabalhadores homens.

Além da econômica, as mulheres sofrem todas as formas de violência, especialmente sexual e física, ocorrendo até mesmo assassinatos considerados justificados. Certas culturas continuam com ritos e normas que simplesmente exilam as mulheres da convivência social mais ampla e eliminam a possibilidade de as mulheres optarem por seus destinos.

A intolerância sexual

A sociedade mundial ainda vive forte preconceito sexual, que segrega os grupos homossexuais. Mesmo que nos últimos anos os grupos de mobilização pelos direitos dos homossexuais tenham conquistado vitórias práticas, o preconceito continua e se manifesta, muitas vezes sob a forma de claro *apartheid*.

O *apartheid* entre gerações

Apesar de identificada e ter seus impactos previstos, a crise ecológica ainda não provocou as necessárias mudanças de hábito. A geração atual continua

produzindo e consumindo como se os recursos naturais fossem eternos e com a ilusão de que o avanço técnico resolverá todos os problemas.

Ao depredar os recursos naturais e sujar o planeta, as gerações atuais estão dificultando a sobrevivência econômica e impedindo as gerações futuras de ter um meio ambiente de qualidade. Com isso, podem estar provocando um *apartheid* contra as gerações que ainda nem existem.

O Brasil é um dos países onde isso se dá em maior escala. Com o agravante de que nem ao menos é toda a geração atual que usufrui o consumo depredador. Com consumo depredador e desperdício brutal, a pequena minoria que provoca o *apartheid* social destrói o meio ambiente, as florestas e o patrimônio da humanidade que é a Amazônia.



OS LIMITES DA APARTAÇÃO

Na esfera internacional, o *apartheid* será viável por muitas décadas contra os pobres do resto do mundo. Mas, salvo pela hipótese, ainda absurda, de serem criadas duas “espécies” de seres humanos, a *apartação* será impraticável por longo tempo dentro das fronteiras de um mesmo país. Seu custo termina por provocar uma ruptura no tecido social, devido aos gastos extras para manter os *excluídos* afastados ou por causa da deterioração ética que termina por corroer os próprios *incluídos*.

O caso da África do Sul mostra os elevados custos que uma sociedade tem de pagar para manter a exclusão. Em algum momento da história, o processo social entra em crise. Descontentes com a exclusão e aliados do exercício político, os *excluídos* passam a utilizar o único caminho que lhes resta: a violência.

Quando a exclusão é racial, criam-se mais facilmente laços políticos que organizam o exercício da violência, canalizada para a tomada do poder. Os *incluídos* se vêem obrigados a arcar com elevados custos militares, ocupando o país como tropas estrangeiras.

No caso da exclusão social, torna-se mais difícil unificar os excluídos. Não há um fator, como a cor da pele, que ofereça unidade. A organização política fica dificultada, mas a violência não é menor, apenas praticada de forma diferente.

O Brasil é um exemplo. Os partidos políticos representam os *incluídos*, e a representação dos *excluídos* limita-se a organizações não governamentais com finalidades basicamente assistenciais e setorializadas. A “militância” é a violência urbana nas ruas, desorganizada e apolítica.

O custo para manter a ordem torna-se tão alto quanto na África do Sul, ainda que disfarçado. Em vez de um exército em guerra interna, uma polícia militar assustadoramente violenta, dezenas de milhares de vigilantes privados contratados para realizar o que as Forças Armadas ainda não devem ou não desejam fazer.

Mais forte do que o custo financeiro e econômico para conter a violência dos *excluídos* é a desmoralização ética da violência dos *incluídos*. Na África do Sul, atos de repressão como os de Soweto provocam

uma indignação generalizada no mundo inteiro. No Brasil, meninos abandonados e assassinados, a aceitação da prostituição infantil, o genocídio que é a esterilização em massa, o massacre do Carandiru vão formando uma tolerância à violência, uma aceitação da depravação cultural uma ruptura do tecido social, que passa a resistir precariamente, ameaçando uma explosão social de proporções incalculáveis.

A MODERNIDADE ÉTICA

Se o Brasil é o retrato do planeta, todas as contradições estão dentro de suas fronteiras.

A crise ecológica é um exemplo disso. Além de despertar na humanidade a consciência de que estamos todos em um mesmo barco, mesmo que divididos, a devastação da Amazônia fez do Brasil um dos símbolos do desequilíbrio ecológico, mesmo quando sabemos que o desastre é causado sobretudo pelo sistema industrial dos países ricos.

A violência nas ruas das grandes cidades é outro tema que apenas reproduz, dentro da realidade brasileira, a violência no planeta. Da mesma forma que a devastação da Amazônia alertou o mundo e o Brasil para a necessidade de uma consciência ecológica, a globalidade da crise civilizacional pode despertar uma consciência da necessidade de um novo modelo de civilização.

A divisão social que se percebe entre os habitantes dos *países-com-maioria-rica* e aqueles dos *países-com-maioria-pobre* se reproduz com a mesma brutalidade dentro das fronteiras do Brasil.

Isso obriga o Brasil, antes de outros países, a implantar sem disfarces a *apartação*, ou então construir uma sociedade integrada.

A *apartação* é a última etapa de uma série de opções históricas que visaram implantar em um *país-com-maioria-pobre* uma economia de *país-com-maioria-rica*. A cada momento de crise, o Brasil fugiu aos limites, fez uma *fuga às restrições*, e continuou superando as dificuldades para continuar aumentando o consumo. A última fuga é a implantação da *apartação*, para aumentar o consumo da minoria, dentro das reduzidas disponibilidades de recursos, sem ameaçar o equilíbrio ecológico.

Com a *apartação*, não haverá impedimentos técnicos a essa opção de aumentar o consumo. O único empecilho estaria na existência de *restrições éticas* à *fuga das restrições* da economia.

Para que essa restrição ética ocorra e sirva como elemento de correção no caminho da *apartação*, será preciso vencer a tendência de considerar modernidade sinônimo de avanço técnico. Em vez disso, submeter esse avanço a um projeto ético, no qual os homens assumam a diversidade entre eles e possam até ser *desiguais* mas não *diferentes*.

Isso inverte a tendência da modernidade tradicional, vista pelo lado técnico, em que a sociedade tinha de caminhar para um único padrão de riqueza, construído por um único tipo de técnica, sem tolerar a *diversidade*, ampliando a *desigualdade* e construindo a *diferença*. Se quiser continuar com esse modelo de crescimento, o Brasil terá de implantar a segregação, explicitando a *apartação* entre ricos modernos e pobres atrasados.

Se rejeitar essa alternativa obscena e inventar um caminho diferente, o Brasil poderá vir a ser um retrato do que a humanidade desejaria para o conjunto do mundo.

Da mesma forma que tem todas as deformações, o Brasil tem todas as qualidades do planeta. Os países muito pobres dificilmente poderão oferecer uma alternativa. Os *países-com-maioria-rica* não sentem a necessidade de alternativa. Mas neles será cada vez mais difícil fazer conviver a ética internacional do crescimento auto-sustentado com a democracia limitada a representar os direitos e interesses nacionais. A maioria dos ricos continuará, democraticamente, votando para isolar-se cada vez mais dos pobres do mundo.

No Brasil, ética e democracia podem estar casadas. Porque o fim das diferenças coincide com os interesses das grandes massas nacionais e internacionais.

O retrato do mundo atual que o Brasil representa pode servir para que o país elabore o retrato que o mundo do futuro pode ser, num projeto em que ética e democracia se casem. Pode servir também para que, por meio de uma sociedade que respeite as liberdades individuais, o país elimine toda forma de *apartação*, concentre o esforço humano na ampliação do patrimônio cultural, com todo o respeito à diversidade e ao equilíbrio ecológico, sem abandonar mas considerando supérfluo o sonho do consumo como parte da meta civilizacional.

O maior empecilho a essa mudança está na causa principal da própria *apartação*: a cultura da aceitação de um modelo social em que o objetivo da modernidade é o sistema econômico no qual a produção não pode ser distribuída para todos. Exige exclusividade, e portanto *apartação*.

Essa modernidade considera que o objetivo central do desenvolvimento é o uso de técnicas e produtos novos. A economia é organizada para viabilizar a produção desses bens modernos, usando as mais modernas máquinas. Para isso, os objetivos sociais são desprezados, sob o argumento de que, a longo prazo, a economia e as técnicas resolverão todos os problemas da sociedade. Mesmo quando a sociedade caminha para a deseducação, para a fome e para a *apartação*, tudo continua dando a impressão de que o país avança, porque se moderniza. Isso só é possível pelo total abandono dos valores éticos.

Para usar técnicas novas como o automóvel, pratica-se uma economia irracional, que justifica um sistema de transporte poluente e concentra a renda. Para tanto, desprezam-se os objetivos sociais, torna-se mais justificável fazer viadutos do que escolas. Isso só é possível quando não há valores éticos — deixar milhões de crianças nas ruas não toca na consciência de uma sociedade feliz com o milagre econômico.

O primeiro passo de uma revisão da *apartação* é fazer uma subversão cultural na hierarquia de objetivos: os valores éticos passam a ser determinantes; em função deles identificam-se objetivos sociais que vão definir a racionalidade da economia; só em função dessa nova racionalidade é que serão escolhidas as técnicas a serem usadas.

Para isso, a modernidade deixa de ser considerada com base nos meios, e passa a ser considerada com base em seus objetivos. A modernidade técnica cede lugar à modernidade ética.

E, entre os objetivos definidos eticamente, um deles deve ser o de que os homens são *semelhantes*. Ainda que tenham acesso desigual aos produtos supérfluos, eles devem participar igualmente dos bens e serviços *essenciais*. Para tanto, a sociedade que desejar superar sua *apartação* terá de fazer uma *revolução em suas prioridades*. Garantir a todos o acesso equivalente a todos os bens e serviços essenciais. Deixar que a *desigualdade* se manifeste como *diversidade*, mas jamais como exclusão da *diferença*.





CONCLUSÃO: O VOCABULÁRIO DA APARTAÇÃO

Em 1985, a coleção *Tudo é História* publicou o livro *Apartheid: o Horror Branco na África do Sul*, do escritor e sociólogo Francisco José Pereira. Em uma resenha, na época, comparei o horror branco na África do Sul com o horror rico no Brasil: e o *apartheid* racial com um *apartheid* social.

A idéia do *apartheid* social foi recusada por muitos economistas e militantes dos movimentos negros. Porque na África do Sul o *apartheid* era a opção por um *desenvolvimento econômico separado* entre brancos e negros, enquanto no Brasil a separação era provisória; e a cor é uma barreira intransponível, enquanto a desigualdade econômica é transponível pela ascensão social.

A última década está mostrando que o tipo de crescimento econômico brasileiro é também separado: um

para a população moderna, que participa do progresso, e outro para a população *excluída*.

O uso da expressão *apartheid* social generalizou-se, mesmo que ela não esteja ainda definida com clareza. Este texto tenta ajudar na definição desses conceitos. Partindo da coleção *Tudo é História*, que provocou seu uso pela primeira vez há quase dez anos, esperamos dar início a um debate sobre a forma brasileira de *desenvolvimento separado*: a segregação social, *apartação*, em vez da segregação racial, *apartheid*. Para esse início, contei com apoio nas pesquisas de Gladys Buarque, e sugestões de Nair Bicalho, André E.S. Fernandes, Andréa Bolzón e Fábio Barros, aos quais agradeço.

Para sua continuação, o debate deve ir além deste *Primeiros Passos*, aprofundando os significados de um novo vocabulário que surge com palavras como aquelas citadas até aqui: *apartação*, *alheamento*, *encastelamento*, *gulag social internacional*, *duplo apartheid*, *dupla moeda*, *diques de apartação*, *inrangeiros*, *neopeleguismo*, *pólos de diferença*, *mundo Terceiro-Mundo*, *país-com-maioria-pobre*, *país-com-maioria-rica*, *parabólicos* e *metabólicos*, *Primeiro Mundo internacional*. Palavras antigas exigirão novos conceitos, como *diversidade*, *diferença*, *desigualdade*, *igualdade*, *semelhança* e *essencialidade*.

Esperamos que o leitor realize essa continuação e lute para que a *apartação* seja interrompida.





INDICAÇÕES PARA LEITURA

No Brasil ainda não há uma leitura específica sobre a *apartação*. Os intelectuais brasileiros ainda rejeitam a idéia de que saímos da *desigualdade* para a *diferença*, de que saltamos da *dualidade* para a *apartação*.

Uma primeira tese de mestrado sobre o tema foi defendida no Departamento de Economia da Universidade de Brasília em março de 1993. Trata-se do trabalho de André Eduardo da Silva Fernandes *Da Dualidade ao Apartheid: crítica à política econômica no Brasil*. O autor analisa como a política econômica no Brasil visou sempre uma *fuga às restrições*, levando a economia do país para o *apartheid*.

Dois livros do autor deste *Primeiros Passos* tratam do assunto: *O Colapso da Modernidade Brasileira e Uma Proposta Alternativa*, de 1991; e *A Revolução*

na Esquerda e a Invenção do Brasil, de 1992, ambos publicados pela Editora Paz e Terra.

O livro de Francisco José Pereira *Apartheid: O horror branco na África do Sul*, publicado pela coleção *Tudo é História*, desta editora, em 1985, é um dos poucos livros sobre o assunto no Brasil. Além de explicar o processo sul-africano, especialmente a luta contra o *apartheid*, o livro oferece boas indicações para leitura complementar.

Sem tratar diretamente do assunto nem explicitá-lo, alguns livros brasileiros mostram o quadro dramático da desigualdade e a lógica da sociedade brasileira que permite identificar a idéia de *apartheid* social. Edmar Bacha descreveu a existência de duas economias com sua imagem de Belíndia, tratada, entre outros lugares, no livro *Política Econômica e Distribuição da Renda*, de 1978, publicado pela Editora Paz e Terra. Hélio Jaguaribe apresenta o quadro da desigualdade em *Brasil: Reforma ou Caos*, também da Editora Paz e Terra, de 1989.

Mas o melhor livro para mostrar a realidade da *apartação* é o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1993, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em que, pela frieza dos números, pode-se perceber claramente as duas sociedades que vivem sobre o território brasileiro, em suas cidades e seus campos.



SOBRE O AUTOR

Nascido no Recife (PE), em 1944, Cristovam Buarque formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1966. Em 1973 concluiu seu doutorado em Economia pela Universidade de Paris I — Sorbonne. Entre 1973 e 1979 trabalhou no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), inicialmente em Quito e Tegucigalpa e posteriormente, por quatro anos, como economista sênior, em Washington. Em 1979, ingressou na Universidade de Brasília, onde foi reitor no período de 1985-89 e é professor titular do Departamento de Economia. Fez parte da Comissão Afonso Arinos para elaboração de uma proposta à nova Constituição; foi vice-presidente e presidente da Universidade das Nações Unidas para a Paz; fez parte da Assessoria Técnica do candidato Tancredo Neves; foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça no primeiro governo da Nova República; é coordenador da área de educação do governo paralelo do PT (Partido dos Trabalhadores). Entre seus livros, três levantam o problema do *apartheid* social no Brasil, todos publicados pela Editora Paz e Terra: *A Desordem do Progresso*, *O Colapso da Modernidade Brasileira* e *A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil*.